

Resposta escrita, questão n° 3:

Tema da aula: "Conhecer, para, valorizar, - os povos indígenas do Brasil no século XXI". - Duração: 2 tempos de 50 minutos.

Objetivo geral: Contribuir para a identificação de mitos e preconceitos sobre os atuais povos indígenas, a partir da apresentação crítica da sua situação e combater tais preconceitos.

Objetivos específicos: - refletir sobre o pouco conhecimento sobre os povos indígenas;

- Demonstrar os principais mitos e preconceitos sobre a condição indígena;
- Analisar parte da produção musical indígena atual;
- Explicar o papel das sociedades indígenas atuais;
- Elaborar para uma maior região de proximidade da sociedade em que o aluno vive, e as indígenas;
- Contribuir para a construção de uma consciência crítica discente sobre o papel das sociedades indígenas atuais

Recursos a serem utilizados: quadro branco, caneta, de quadro, retroprojctor, computador, pen-drive e caixas de som.

Metodologia: as aulas serão baseadas nas análises de vídeos "Conhecer para valorizar" e, da elipse, o letra de música do grupo rapper indígena do Centro-Oeste brasileiro "BRÔMCS". Tais análises terão o valor de 2,5 pontos cada, totalizando 5 pontos que serão usados para serem somados à outra atividade a ser aplicada sobre outro tema. Acredita-se que as análises realizadas em grupo permitem que os alunos debatam suas ideias entre si, contribuindo de modo crítico para a construção de seu saber escolar.

Avaliação: construção de tabela pelo grupo, demons-

trabalho os principais mitos sobre as sociedades indígenas e, modo de combater a esses preconceitos, que são apresentados no vídeo "Conhecer para valorizar". A tabela tem o valor de 2,5 pontos. A outra avaliação, também no valor de 2,5 pontos, são as respostas às perguntas presentes na folha, com a letra da música, do grupo rapper indígena "BRÔMCS". Tais perguntas são: "o que a música demonstra sobre a situação da sociedade em que vivem os componentes do "BRÔMCS"?" e "esses problemas são semelhantes aos de nossa sociedade? Explique".

Etapas da aula e sua duração:

1º momento: brincar sobre o que os alunos sabem sobre os povos indígenas e anotação das respostas no quadro - 30 minutos.

2º momento: apresentar o tema da aula, e demonstrar as ideias preconceituosas que apareceram no quadro - 5 minutos.

3º momento: assistir ao vídeo projetado "Conhecer para valorizar" - 30 minutos

4º momento: formar grupos com 2 alunos cada - 5 minutos

5º momento: elaboração da tabela, demonstrando os principais mitos e como pensar os indígenas de modo diferente, de acordo com as propostas do vídeo - 27 minutos

6º momento: recolher as tabelas.

7º momento: assistir ao clipe musical do grupo rapper indígena "BRÔMCS", após uma breve história do grupo - 5 minutos

8º momento: indagar os alunos sobre o que eles acharam da música e do fato deles cantarem em Tupi-Guarani (a legenda em português permite que os alunos o entendam) - 5 minutos

9º momento: distribuição da letra da música, para análise e as 2 perguntas a serem respondidas e explicação da atividade. - 5 minutos

10º momento: realização dos debates em grupos e elaboração das respostas - 23 minutos.

11º momento: recolher as atividades e encerrar a aula

Público-alvo: alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, antes de falar sobre a chegada dos europeus no Brasil.

Essa atividade didática, foi uma de vídeos, música e debates em grupo para pensar a condição de pouco conhecimento e preconceito para com os povos indígenas na atualidade. Espera-se, com isso, que o aluno tenha mais interesse em perceber o indígena como um agente na história do Brasil colonial, e não apenas uma vítima ou passivo.

Resposta da questão n° 2:

Para alinharmos a implementação das leis 10.639/03 e 13.645/08 no âmbito da formação inicial e continuada de professores de história, é preciso atentar para determinados aspectos específicos. Por isso, abordaremos inicialmente o caso da disciplina de ensino de história da África e dos afrodescendentes no Brasil e, em seguida, a lei para o ensino da história e cultura dos povos indígenas.

A implementação da lei 10.639/03 foi fruto de uma intensa luta social, principalmente do Movimento Negro. Especialmente a partir da década de 1970, quando se intensificaram as lutas contra o racismo, o preconceito e a marginalização do negro na sociedade brasileira. Sem dúvida, a lei é uma resposta à demanda afrodescendente e, junto com ela, a promoção de outras políticas de ação afirmativas e de reconhecimento e valorização de sua história.

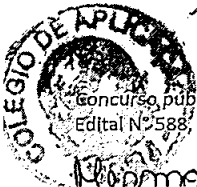
Durante muito tempo, o ensino básico de história mostrou a África e seus descendentes com poucas experiências positivas em sua história. De acordo com Anderson Uliana, ao analisar livros didáticos do século XX, poucos abordaram o tema "África" e, quando o faziam, era algo secundário, misterioso e pouco interessante. O foco era a escravidão Atlântica, e não se aludia aos modos de escravidão africanos, como a doméstica, a de linguagem e a de parentesco.

Também analisando livros didáticos, Worely Costa demonstra como as representações africanas nos livros influenciaram a identidade do negro no Brasil. Ao entrevistar ex-alunos que se formaram utilizando os livros analisados, a autora concluiu que muitos

não se identifi-
cavam como negros a existência
vincida de ~~apenas~~ apenas antigas e práticas, referências e
emancipadas atribuídas ao negro durante as aulas de história.
Nos livros haviam poucas (ou nenhuma) referências aos
aspectos culturais, relações afetivas e familiares dos negros
no Brasil. Ou seja, a visão pessimista sobre ser negro no
Brasil faziam um reforço do preconceito e discriminação
racial.

Diante desse quadro, principalmente na década de
1980, muitos estudos começaram a lançar um novo olhar
sobre os africanos no Brasil e do continente. Todavia, tais
estudos acadêmicos não chegaram aos livros didáticos.
Após 2003, existiu uma grande mudança. Os cursos de
graduação em História passaram a ter a disciplina
"História da África", contribuindo para um novo olhar na
formação docente. No entanto, os já formados se queixavam
de falta de material e apoio para trabalhar o tema. Em
2009, com a UNIAFRU e uma preocupação maior, da abor-
dagem do tema de maneira crítica, existiram várias ini-
ciativas como o Plano Nacional de Implementação da Edu-
cação das Relações Étnico-Raciais, contribuindo de modo
substancial para a formação inicial e continuada de
professores.

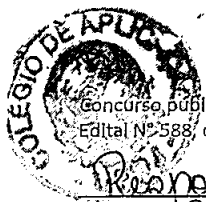
Projetos como "A cor da cultura" e outros desenvolvidos
com apoio de órgãos de Aplicação (como o próprio CAP-UFRJ)
tem auxiliado a implementar a lei 10.639 e produ-
zir materiais didáticos. Os próprios livros didáticos
já apresentam grandes mudanças, como o destaque ao
Reino de Congo - e não apenas o Egito - para os alunos do
6° ano de Ensino Fundamental II. Nesse sentido, a for-
mação continuada ganha destaque ainda maior, para
que o tema não seja tratado de forma simplista ou folclórica.
Infelizmente, não podemos dizer o mesmo sobre a lei 11.645.



Além disso com a desorientação de a história e cultura dos povos indígenas não resolve a mesma situação. De acordo com Zamboni e Bernadimochi a visão de indígena ainda é idealizada e simplista. Os livros didáticos ainda desconsideram a pluralidade dos povos presentes ainda hoje em mais de 240 etnias

A lei também foi fruto de muita luta de povos indígenas para terem sua identidade e cultura valorizadas. No entanto, na academia ainda não temos uma matéria obrigatória, fazendo o professor de história se basear nos livros didáticos. De acordo com Zamboni, a formação dos professores é muito ruim e os livros didáticos também. Como nem todos os alunos e professores têm o privilégio de ter contato com grupos indígenas, a visão construída sobre o indígena na escola tende a se perpetuar por isso a visão se constrói uma visão folclórica e preconceituosa, dificilmente isso se modificará.

Do mesmo tempo que as escolas indígenas são interculturais e abertas ao diálogo com outras sociedades, como elefante Bengoa - o mesmo não se pode dizer das escolas não-indígenas. Variavelmente existem exceções como o caso das escolas do RS que estimulam o ensino de artesanato Kaingang entre os alunos com a presença dos indígenas - como analisam Bernadimochi e Gomes. No entanto a visão dos indígenas como indígenas e vítimas ainda permanece. Em resumo, ainda há muito a ser feito na formação inicial e continuada de professores em relação à lei 11.645



Resposta da questão nº 1:

O currículo escolar é uma construção social e, por isso, marcado por características do momento histórico no qual é produzido. Durante muito tempo, o currículo escolar para o ensino de história valorizou acontecimentos europeus e personagens políticos. No entanto, especialmente no início da república, era preciso pensar que tipo de brasileira as escolas formariam. Nesse sentido, o estudo de história estava ligado diretamente à produção de uma determinada identidade. Nasceram, então, alguns "mitos" sobre os negros e africanos nos livros didáticos.

De acordo com Moisés Lima, o "História Oficial do Brasil" (de Francisco Vazilhagen) e "Capítulos da História Colonial" (de Poppius de Oliveira) foram muito importantes nesse sentido. Ao louvar a miscigenação e menosprezar o legado dos africanos, abriu espaço para uma visão mentirosa de africanos e seus descendentes no Brasil. A exatidão dessas ideias reforçaram (e criaram) estereótipos que se doliam como perigosos, indolentes e um fardo para o "processo civilizatório" em curso no início da república.

Em 1937, o livro "Casa-Grande e Senzala" de Gilberto Freyre, foi criada o mito da democracia racial, a ideia de que não havia impedimentos para a ascensão social da negra na sociedade brasileira. No entanto, em 1945, a Maximiliana Novak desmascarou o mito e, na década seguinte, acadêmicos como Florestan Fernandes, Otávio Jammi e outros esboçaram as críticas ao mito da democracia racial. Ao refletir sobre o subdesenvolvimento do Brasil e, em parte, de outras regiões também, culpam a exploração europeia.

Nesse sentido, o continente africano e seus habitantes não analisados como passivos e inofensivos diante dos interesses externos europeus. Contudo, as décadas de 1960 e 1970 - impulsionadas pela luta dos direitos civis e processos de independência de nações africanas - começam a atentar para o uso de novos fontes e os estudos culturais da diáspora (mão da África em si).



Na década de 1980, a interdisciplinaridade, e novas lentes
são utilizadas para pensar sobre os povos do continente atri-
pans em si. O uso da lingüística para compreensão da migração
dos povos Bantu, na África, por Vansim, é exemplar nesse sentido.

Com o processo histórico demonstrado acima, a historiogra-
fia sobre a África e os africanos e seus descendentes no Brasil
começou a se modificar, principalmente com os excelentes estu-
dos de casos, frutos da expansão dos estudos culturais e programas
de pós-graduação no país. Infelizmente, a representação desses
grupos nos livros didáticos não acompanha tais tendências.

Nos livros didáticos da década de 1980, de acordo com
Anderson Collins e Wally Costa, as representações sobre a África
eram poucas e desinteressantes, praticamente um nome de
lugar. Os negros representados a partir de cenas de estígio e
outras condições ligadas à escravidão.

Reconhecendo um rolço de preconceito racial nos currículos
escolares, o Movimento Negro e outros setores lutaram para provo-
car reflexões e mudanças. Após a abertura política, a nova constitui-
ção em 1988, e as excelentes reflexões sobre o currículo e o
currículo escolar, a África e os afrodescendentes começaram a
ter mais destaque nos materiais didáticos.

A aprovação da lei, que altera a LDB e inclui a dis-
ciplina de ensino de história e cultura da África e
dos afrodescendentes no Brasil foi, portanto, resultado de
toda uma transformação na produção acadêmica,
mas, principalmente, de muita luta. Além disso, o
currículo escolar é próprio e se dá no contexto do processo
ensino-aprendizagem. Esse saber se baseia não apenas
nos materiais didáticos, mas também no modo como o
professor faz a mediação desse saber junto aos alunos.

A lei possibilitou a criação das editorias de "História
da África" nas universidades brasileiras e o desenvolvimento
de pesquisas ligadas ao tema. Além disso, a produção de



mais (e melhor) material didático na formação inicial e continuada de professores. Nesse modo, o professor é capaz de abordar os temas ligados à África e aos africanos e seus descendentes de modo crítico e responsável, auxiliando na formação de jovens brasileiros que se identificam com a história demonstrada nas escolas.

Do conhecer o Reino de Luxu na Idade Antiga, os grandes reinos do Mali e Gana na Idade Média, as resistências e alianças impostas pelos africanos aos europeus na Idade Moderna, e personagens como João Landido, André Rebouças, Luiz da Lima e outros, os alunos passam a ter uma identificação e valorização de sua origem e história. Além disso, o tema África possibilita debates sobre intolerância religiosa e preconceito racial, temas muito importantes de serem trabalhados em sala de aula.